



**Sábado**

16-03-2017

**Periodicidade:** Semanal

**Classe:** Informação Geral

**Âmbito:** Nacional

**Tiragem:** 116250

**Temática:** Justiça

**Dimensão:** 5495 cm<sup>2</sup>

**Imagem:** S/Cor

**Página (s):** 36 a 48

**Destaque**

CRIMES. CASOS SINISTROS DE QUEM SE APROVEITA DA SOLIDARIEDADE

# OS ESQUEMAS QUE MANCHAM A CARIDADE



Sábado

16-03-2017

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Justiça

Dimensão: 5495 cm<sup>2</sup>

Imagem: S/Cor

Página (s): 36 a 48

## Uma herança está na origem das denúncias contra a Cáritas. Mas este não é o primeiro escândalo numa instituição de solidariedade: há desvios de milhões para contas pessoais, dirigentes que cobram fortunas por vagas em lares, falsos voluntários e um padre com gostos caros.

Por Bruno Faria Lopes, Maria Henrique Espada e Pedro Jorge Castro

**C**ândida Rodrigues Dias tinha já 101 anos quando se deslocou mais uma vez ao notário para alterar o testamento. Era um acto processual que conhecia bem desde que iniciou a sua carreira como notária, em 1934, que a levou mesmo a exercer o cargo de directora-geral dos Registos e Notariado, entre 1977 e 1981.

No dia 20 de Março de 2013, três meses antes de morrer sem deixar descendentes, formalizou então a última vontade para a distribuição dos seus bens. Segundo o documento, a que a **SÁBADO** teve acesso, começou por um conjunto de jóias com valor afectivo, que deixou à secção de ourivesaria do Museu de Arte Antiga: "Um anel de ouro cinzelado com um brilhante muito grande, que pertenceu a seu pai e um par de brincos de brilhantes, que foram de sua mãe, da Ourivesaria Leitão, os quais ainda se encontram dentro da caixa da dita ourivesaria, tal e qual como foram adquiridos; duas pulseiras de prata com pérolas, obras de ourivesaria japonesa, duas jarras de prata assinadas e dois talheres – um garfo e uma colher – também de prata e trabalho japonês."

Ao Santuário de Fátima, entregou "os seus brincos de brilhantes que os testamenteiros bem conhecem".

E à "Cáritas Portuguesa – Diocese de Lisboa" legou o retrato a óleo da irmã de Cândida (executado pelo pintor de Antuérpia Paul Baudry), o jazigo que possui no cemitério, todo o dinheiro que tivesse em casa ou nas contas em dois bancos nacionais, e ainda a moradia onde vivia, nos arredores de Lisboa. A **SÁBADO** não conhece o valor global, mas sabe que estão em causa milhões de euros.

Como encargos, a Cáritas teria de cuidar do jazigo, conservar o retrato da irmã da testadora "com o mesmo enquadramento" em que se encontrasse à data da sua morte, e mandar celebrar missas mensais por Cândida Rodrigues Dias, bem como pelos seus falecidos pais, irmã e cunhado.

Após a morte, duas questões foram suscitadas. Uma é meramente formal, mas não irrelevante: "Cáritas Portuguesa – Diocese de Lisboa" parece uma formulação simples, mas é na verdade dubia, uma vez que existe uma "Cáritas Portuguesa", que é tutelada pela Conferên-

### 25 de Abril

Até 1974 a acção social estava sobretudo a cargo da Igreja; depois, o Estado, sem capacidade na área, aproveitou o papel das IPSS

cia Episcopal Portuguesa, e uma "Cáritas Diocesana de Lisboa", que funciona na órbita do Patriarcado. Um representante dos bispos, o frei Francisco Sales, que estava na altura com as Obras Sociais da Conferência Episcopal Portuguesa, e um representante do Patriarcado, o ecónomo cônego Álvaro Bizarro, uma espécie de ministro das Finanças da Igreja, reuniram-se então para chegar a um consenso: a entidade beneficiária seria a Cáritas Diocesana de Lisboa, que agora se encontra no centro da polémica.

A segunda questão suscitada pela testamenteira Zulmira Lino Silva (ver entrevista na pág. seguinte) e pelos seus advogados tem a ver com a própria acção da Cáritas no combate à pobreza. Depois de uma análise às contas da instituição, elaboraram um parecer em que detectaram indícios de irregularidades e consideraram que a Cáritas de Lisboa engana o público por receber donativos que não canaliza, na totalidade, para a ajuda aos pobres. Esse parecer foi enviado a bispos e outras autoridades eclesásticas.

### "Este caso redundará em grave escândalo..."

Em Julho de 2014, os advogados da testamenteira pediram acesso às contas da Cáritas de Lisboa e tiveram uma reunião com o presidente, Frias Gomes, e com o assistente espiritual, padre Paulo Franco, que recusaram fornecer os elementos pedidos. Em alternativa, os representantes da testamenteira propuseram que os milhões da herança fossem distribuídos directamente a várias outras instituições de solidariedade.

Segundo fonte do Patriarcado, a proposta foi considerada ofensiva por atentar contra a idoneidade da Cáritas e por desprezar a última vontade da testadora. Do lado dos advogados e da testamenteira, é difícil alegar que a motivação seja o dinheiro – uma vez que haveria disponibilidade para que fosse entregue a outras IPSS – ou a fama – um dos representantes pediu à **SÁBADO** para que os seus nomes não fossem referidos.

Mas o risco de um escândalo mediático e dos prejuízos que traria à Igreja foi usado nas trocas de argumentos com a hierarquia da Igreja. Numa carta em que apelavam a uma intervenção directa do cardeal patriarca

**A CÁRITAS  
ACABA DE  
COMPRAR  
UMA LOJA  
AO BCP POR  
300 MIL  
EUROS. O PA-  
TRIARCADO  
AUTORIZOU**

Sábado

16-03-2017

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Justiça

Dimensão: 5495 cm<sup>2</sup>

Imagem: S/Cor

Página (s): 36 a 48



Frias Gomes, presidente da Cáritas de Lisboa, sentiu-se injustiçado perante as denúncias

■ neste caso, os representantes da testamenteira descreveram o que, na prática, está a acontecer agora: "Caso venha a ser necessária a intervenção judicial (com a inerente publicidade) para se apurar a verdade, (...) então este caso Cândida Rodrigues Dias redundará em grave escândalo, concernente a dinheiros da caridade, à guarda da Igreja, sentindo-se a comunidade ludibriada pela Igreja. Escândalo que, *per se*, causaria grande dano à Igreja-hierarquia e a muitos outros (em especial os pobres, vítimas do natural retraimento da generosidade alheia). Tudo aliás agravado por, caso a verdade seja a do parecer, ser patente o escondimento da verdade por parte da Igreja-hierarquia; e ainda tudo potenciado pelo ambiente de descrédito já gerado pelos escândalos da pedofilia."

Em Janeiro passado, depois de terem pedido autorização à Ordem dos Advogados, os três juristas enviaram uma denúncia ao Ministério Público, por fraude qualificada, onde são visados o presidente da Cáritas de Lisboa, Frias Gomes, e o ecónomo Álvaro Bizarro.

Vários elementos sobre as finanças da Cáritas foram desvendados pela primeira vez na passada quinta-feira, dia 9, por José António Cerejo no jornal *Público*. A instituição tem 2,091 milhões de euros disponíveis em depósitos bancários, mais 321 mil euros investidos em obrigações; recebeu 325 mil euros de donativos particulares em 2014 (incluindo-se aqui 63.205 euros do pedatório nacional, 45 mil euros do ofertório das missas, e 52.384 euros dos contribuintes que lhe doaram 0.5% do IRS); desses 325 mil euros de donativos apenas 147 mil euros terão sido gastos em ajuda aos pobres nesse ano; recebeu ainda 407.331 euros do Estado; e teve um resultado líquido de 119.360 euros.

Este lucro torna-se polémico, quando a própria instituição reconheceu, no seu relatório de actividades de 2013, com o País ainda sob o programa da troika, que as ajudas na área da medicação deveriam ser prestadas mensalmente ao longo do tempo "o que não é possível face ao número e valor dos pedidos apresentados". A resposta dada pela Cáritas de Lisboa a essa questão foi a necessidade de se precaver de um eventual agravamento da crise, face ao esperado aumento de pedidos dos pobres e a uma diminuição das doações. ■

**Destaque**

Outros problemas são suscitados no artigo: a falta de rigor – há uma discrepância nas contas da instituição face às apresentadas ao Ministério da Segurança Social; a opacidade – só depois de o *Público* ter recorrido ao Tribunal é que o Ministério lhe forneceu as contas de 2014, enquanto a instituição também demorou a cumprir a obrigação legal de disponibilizar as contas no seu site; e a eventual falta de critério – a Cáritas de Lisboa terá um plano para investir 1,5 milhões de euros na criação de uma residência universitária para travar o abandono escolar por parte de estudantes carenciados, mas não é consensual que essa deva ser a sua prioridade.

**300 mil euros para comprar a loja ao BCP**

Entretanto, a *SÁBADO* apurou que, pouco antes de a denúncia ter dado entrada no Ministério Público, a Cáritas de Lisboa pediu autorização ao Patriarcado para comprar um espaço em Benfica. É o local onde tem estado a funcionar gratuitamente a loja solidária. Só que o espaço tinha sido cedido pelo BCP, que agora manifestou a necessidade de vender o imóvel, à Cáritas ou a outra entidade, cenário em que a IPSS teria de sair do local. Sempre que se trate de um investimento superior a 75 mil euros, a Cáritas necessita de autorização superior – é o caso, a loja solidária custou cerca de 300 mil euros. O negócio foi aprovado por um conselho que reúne todos os cônegos de Lisboa, sem votos contra.

Numa longa entrevista ao site da *SÁBADO*, o presidente da Cáritas de Lisboa, Frias Gomes, disse sentir-se “injustiçado” perante as denúncias; corrigiu o valor dos depósitos bancários para 1,6 milhões de euros, que considerou “uma segurança”; garantiu que a eventual investigação do Ministério Público terá acesso a tudo o

**Consequências do testamento**

**Cândida Rodrigues Dias “sempre praticou a religião católica”, frisou no documento**

**Funeral** Queria uma cerimónia modesta, sem coroas, flores e convites, nem acolchoados de cetim ou almofadas dentro da urna, que deveria ser de mogno escuro da melhor qualidade. **No fundo de chumbo** deveria ser colocado um cobertor.

**Carta** No testamento, Cândida Rodrigues Dias prometia deixar uma **carta aos três** testamentários. Mas não foi encontrada.

**Leilão** O recheio da residência de Cândida Rodrigues Dias foi entretanto alvo de dois leilões pelo **Palácio do Correio Velho**, em Dezembro de 2014 e em Julho de 2015, que renderam cerca de 140 mil euros.



1 Os lares das IPSS atenderam cerca de 53 mil pessoas em 2014 e receberam 245 milhões do Estado

2 As creches das IPSS serviam em 2014 mais de 71 mil crianças. A Segurança Social comparticipou em 210 milhões de euros



**O Tribunal**

de Contas e a Inspeção-Geral de Finanças são a segunda linha de fiscalização, a seguir à Segurança Social, e fazem auditorias pontuais

**AS MENOS DE 1.500 IPSS EM MEADOS DOS ANOS 80 PASSARAM A CERCA DE 4.000 NO INÍCIO DA DÉCADA**

que pedir; invocou que as contas são auditadas pela Deloitte; argumentou com o gasto anual de 622 mil euros em salários, embora ele seja voluntário; e mostrou-se preocupado por o escândalo penalizar o peditório nacional da Cáritas, que decorre até domingo.

Quanto ao cônego Álvaro Bizarro, ainda há um mês e meio a *SÁBADO* publicou a sua primeira entrevista em 25 anos, numa altura em que se desconhecia o escândalo com a Cáritas. “Estou de consciência tranquila”, afirmou agora, garantindo não fazer ideia de qualquer fraude que possa estar descrita na denúncia enviada à Procuradoria. Manifestou-se “totalmente disponível” para colaborar com qualquer investigação, mas não quis prestar mais declarações à *SÁBADO*. D. Manuel Clemente, o cardeal Patriarca de Lisboa, deu uma entrevista à Rádio Renascença, na qual negou quaisquer irregularidades na Cáritas.

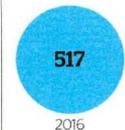
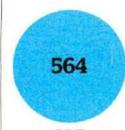
**Um mundo que não pára de crescer**

As Instituições Particulares de Solidariedade Social, ou IPSS, formam um universo de milhares de entidades, a maioria de pequena dimensão. O número não tem parado de crescer: de menos de 1.500 em 1987, Portugal passou a ter mais de 4.000 no início da década. Esta expansão, incentivada pela política pública, manteve o domínio histórico destas instituições na acção social, que o



**Falhas financeiras: quantas são detectadas?**

Nos últimos três anos, o número de irregularidades tem vindo a diminuir. Mas devagar



Fonte Instituto da Segurança Social

sociólogo Pedro Adão e Silva classifica de "singularidade única" portuguesa no livro *Cuidar do Futuro*. São das IPSS muitas das creches do País, estabelecimentos do pré-escolar, lares de terceira idade e programas de assistência ao domicílio, utilizados por 535.035 pessoas em 2014, segundo números oficiais citados numa tese de mestrado no ISCTE, defendida por Cláudia Joaquim, pouco antes de integrar o actual Governo como secretária de Estado da Segurança Social.

O crescimento motivou um aumento contínuo do financiamento do Estado e dos particulares. Em 2015, entre verbas para acção social e doações de IRS a transferência foi recorde: perto de 1.500 milhões de euros (ver caixa na página 48). A fatia de leão diz respeito aos acordos de cooperação, que fixam os termos da parceria pública com estes privados. Nos últimos 10 anos, as verbas da Segurança Social transferidas ao abrigo destes acordos aumentaram 24%: de 1.090 milhões de euros, em 2006, para 1.350 milhões, em 2015, mostram as Contas da Segurança Social. Cerca de 90% deste valor é financiado pelo Orçamento do Estado.

A fiscalização do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social tem apenas 49 pessoas, que ainda assim encontram centenas de irregularidades todos os anos. O ministro Vieira da Silva admite à **SÁBADO** que gostaria de ter mais meios, mas considera que os que tem "não compromet[em] a actuação eficaz da fiscalização" (ver entrevista na página 44).

**12 mil euros num PPR pago pela IPSS**

Opinião bastante diferente tem Fernando Vaz, que é dirigente de uma IPSS: "A Segurança Social também tem responsabilidades. Não fiscaliza o que devia e, por vezes, mesmo que detecte situações anómalas fica quieta e espera que seja o Ministério Público a resolver as situações." Fernando é agente da PSP e presidente da ADIB, Associação para o Desenvolvimento Integral de Barrosas – em 2009, encontrou uma denúncia anónima na sua caixa do correio, e não hesitou sobre o que fazer: "Encaminhei-a logo para o Ministério Público."

A queixa tinha fundamento: oito anos depois, a 3 de Fevereiro último, o então presidente da ADIB, Augusto Faria, foi condenado pelo Tribunal Judicial da Comarca do Porto a um ano e oito meses de prisão, com pena suspensa. O tribunal deu como provado que o réu "subscreveu através de uma sociedade de mediação de seguros de que ele próprio era gerente, um seguro PPR, com um prémio no valor de 12.000 euros, em que ficou como tomador a IPSS, como pessoa segura ele próprio e como beneficiário ele próprio ou os seus herdeiros"; que retirou "50.000 euros de uma conta pertença da IPSS", constituindo um depósito a prazo em seu nome que usou como garantia de um empréstimo pessoal; e que retirou dinheiro do cofre da IPSS, doado por um benefício, para pagar quotas de associados que lhe eram próximos, de forma a assegurar a sua própria reeleição. Augusto Faria, contactado pela **SÁBADO**, apenas comentou: "Recorri, isso não tem cabimento. Neste momento vou esperar para ver."

**Destaque**



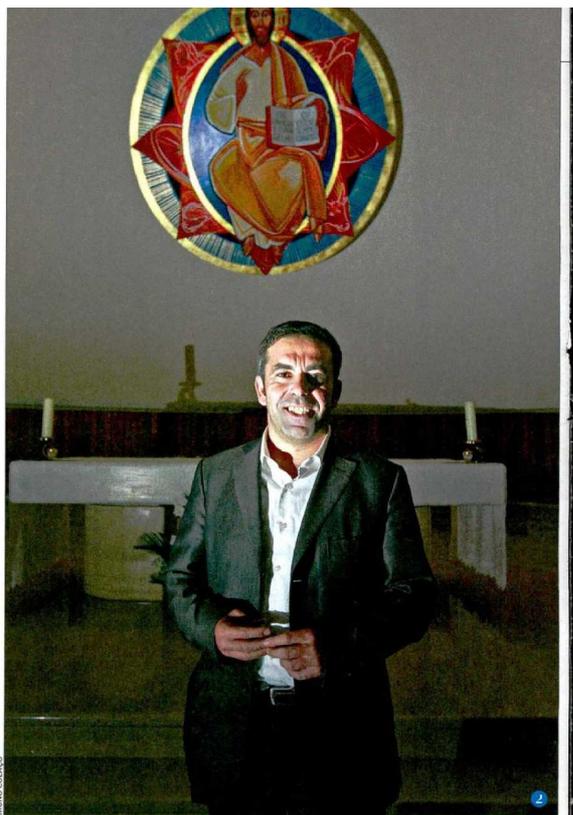
1 Já Fernando Vaz nem acha que todo o caso tenha sido só um azar para a organização que lidera: "Se calhar foi uma sorte." Foi eleito presidente em Janeiro, mas já estava nos corpos sociais da anterior direcção (2013-2016) e o caso só o leva a ter um discurso pela exigência, seja com a Segurança Social ("quem fiscaliza nem sempre tem formação para perceber se o que lhe surge como irregularidade pode ser crime"), seja com quem lidera as IPSS: "Há muito voluntarismo – eu também sou voluntário – e as pessoas foram criando a noção de que tinham determinados direitos. Com pouca fiscalização criou-se um sentimento de impunidade." Mesmo assim, dá uma nota optimista: "O público em geral já percebe que há crimes que têm que ser vistos como tal, e não apenas como uma facilidade."

**O aumento salarial que ninguém viu**

Estes casos acabam por ter um preço alto para as instituições em que ocorrem. Fernando conta que um banco bloqueou a conta à ADIB ("indevidamente, depois foram até condenados a indemnizar-nos por isso") e fala no escrutínio mais apertado das autoridades. Uma experiência semelhante à descrita por Armanda Esteves, presidente da Associação Mutualista de Socorro Freamundense, que também lidou com um caso.

"Tivemos aqui a inspecção da Segurança Social, a PJ, as Finanças, a Autoridade para as Condições do Trabalho", conta Armanda, voluntária, na direcção desde 2011. Foram tempos difíceis, lembra, com contas em ruptura e os pais a tirarem as crianças da creche.

No caso desta IPSS foi uma ex-coordenadora técnica que fez uma denúncia contra a direcção. Essa denúncia, em 2011, acabaria por ser arquivada, mas ao investigar o caso o procurador acabou por encontrar indícios suficientes para acusar a mesma pessoa de dois crimes de peculato: aumentara o seu ordenado em 530 euros (para 2.504 euros) sem autorização dos órgãos sociais e fizera o mesmo a outras duas funcionárias. Os recebimentos indevidos das funcionárias duraram três anos e dois meses – segundo a acusação do Ministério Público, deduzida em Fevereiro deste ano, o prejuízo para a instituição foi de 31 mil euros. Armanda Esteves remete a responsabilidade para a gestão anterior, de voluntários



1 O pastor Leonel Ferreira e a sua família criaram duas empresas para fornecer a sua IPSS, Samaritanos

2 O padre Arsénio Isidoro terá deixado buracos em cinco IPSS, mas andava em carros de luxo e tinha um barco na ilha do Príncipe

**"UM DOS PROBLEMAS NA GESTÃO É TERMOS DIRECÇÕES VOLUNTÁRIAS E ENVELHECIDAS"**

como ela: assinaram "sem olhos de ver" as transferências mensais com os valores dos aumentos. "Um dos problemas das IPSS é este: direcções voluntárias e envelhecidas, sem capacidade para atrair jovens, e que nem sempre trabalham como deviam", aponta.

Logo em 2011 mandou a funcionária para casa e tentou um despedimento por justa causa, depois de perceber que ela usava o carro da IPSS para transportar os filhos e ir às compras. Quando o caso chegou a tribunal, já Armanda tinha iniciado um despedimento colectivo para controlar as contas em caos – as testemunhas que juntara acabaram por alinhar com a ex-coordenadora e a IPSS perdeu, sendo condenada a pagar cerca de 40 mil euros de indemnização. Agora, com o Ministério Público a pedir à mesma ex-coordenadora a restituição ao Estado dos 31 mil euros pagos indevidamente, Armanda quer que esse valor seja revertido para a IPSS. Dos 443 mil euros de orçamento este ano, quase dois terços (285 mil euros) vêm do acordo com a Segurança Social – o resto a IPSS vai buscar às famílias das cerca de 185 crianças que usam os seus serviços. A presidente diz que as coisas agora estão mais calmas e que "há filas de espera" para as crianças entrarem na creche. A SÁBADO não conseguiu contactar a ex-coordenadora técnica.

Sábado

16-03-2017

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Justiça

Dimensão: 5495 cm<sup>2</sup>

Imagem: S/Cor

Página (s): 36 a 48

### Fixar salários e contratar o primo

Esta é a lista das seis “transgressões” mais frequentes das instituições de solidariedade

**Fixação indevida** de remunerações para os órgãos sociais

**Contratação indevida** de fornecedores (directa ou indirectamente ligados a membros dos órgãos sociais)

**Incumprimentos** de obrigações fiscais e parafiscais

**Utilização** deficiente das normas contabilísticas em vigor

**Pagamento** em excesso de participações financeiras

**Atrasos** na revisão dos acordos de cooperação com o Estado, com manutenção de participações desajustadas

Fonte: Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

As tipologias de ilegalidades variam e há casos mais exóticos. Um deles, que abalou a imagem da Igreja há um ano, foi o do padre Arsénio Isidoro, que geria cinco Instituições Particulares de Solidariedade Social ao mesmo tempo que se deslocava em carros de luxo. Comprou um BMW em nome de uma IPSS e foi visto várias vezes num Porsche, que negou que fosse seu. Foi constituído arguido na Operação Veritas, executada pela PJ, pela “presumível prática de actos de gestão fraudulenta de entidades privadas com utilidade pública consubstanciados em apropriações indevidas para aquisição de bens de luxo”. “Era uma coisa muito ostensiva. Comprava carros de luxo de alta gama, que depois vendeu porque terá sido avisado”, disse na altura uma fonte da PJ citada pelo *Observador*.

O padre Arsénio presidia à Casa do Gaiato em Loures, ao Centro Comunitário Paroquial da Ramada, ao Instituto da Sãozinha, em Alenquer, à Florinhas de Rua e à ONG Ligar à Vida, na Ilha do Príncipe, onde tinha um barco de recreio e tentou construir uma moradia num negócio ilegal, segundo denunciou a RTP. As cinco IPSS ficaram numa grave situação financeira, tendo acumulado dívidas em tribunal de pelo menos 800 mil euros, segundo uma contabilização feita na altura pelo *Público*. Têm estado a ser recuperadas pelos novos dirigentes nomeados na sequência do escândalo. A **SÁBADO** não conseguiu ouvir o padre Arsénio Isidoro, que tem estado recolhido e foi afastado preventivamente do exercício de quaisquer funções eclesiais ou administração de bens. “Pedi para deixar de ter cargos públicos e

Sábado

16-03-2017

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Justiça

Dimensão: 5495 cm<sup>2</sup>

Imagem: S/Cor

Página (s): 36 a 48



«está num caminho penitencial», diz fonte do patriarcado, que tem acompanhado o caso.

Da esfera de outra Igreja, a Kharisma, fundada pelo pastor Leonel Ferreira em 1983, vem mais um caso. O Tribunal da Relação do Porto confirmou em 2012 a condenação de Leonel Ferreira a quatro anos e 10 meses de prisão, com pena suspensa, por crime de participação em negócio e detenção de arma proibida (a arma era urânio empobrecido, componente usado para fazer armamento nuclear). Os actos remontam à viragem do milénio. O pastor e a família directa tinham duas empresas cujo negócio, segundo o Ministério Público, assentava na venda de bens e serviços à IPSS fundada e dirigida por Leonel Ferreira, a Samaritanos – Missão de Caridade, que empregava vários membros da sua família.

O Tribunal deu como provada a acusação do Ministério Público de que a IPSS foi lesada em dezenas de milhares de euros por não ter contratado esses serviços no mercado. Os juízes ficaram convencidos de que o pastor teve intenção de comprar urânio empobrecido na Roménia, mas absolveram Leonel Ferreira da acusação de que teria usado dinheiro extraído à IPSS para fazer essa transacção. A **SÁBADO** tentou, sem sucesso, ouvir a actual presidente da IPSS, Sílvia Aguiar – que foi arguida no processo e não chegou a ser acusada.

#### 5 mil a 20 mil euros por vagas no lar?

Nem todos os casos resultam num aperto do controlo interno na própria IPSS. Noutro caso recente, o Tribunal de Guimarães absolveu 10 dirigentes do Centro Social da Guardizela do crime de corrupção passiva para acto ilícito em co-autoria. O caso teve especial impacto ao nível regional porque dois dos arguidos eram deputados na Assembleia Municipal de Guimarães, eleitos pelo PS. Estavam acusados de extorquir dinheiro a quem queria vaga para colocar familiares na instituição – entre 5 mil e 20 mil euros, num total que ascendeu a 188 mil euros. Arminda Soares, ainda à frente da instituição, comenta a absolvição: “Não tinha como ser diferente. As verbas sempre foram aplicadas na nossa obra social.” Foi de facto esse o motivo invocado pelo próprio tribunal, que considerou provados os pagamentos, mas tam-

Destaque

16 MARÇO 2017 | S  
 SÁBADO • www.sabado.pt



► bém que estes foram entregues à instituição, revertendo assim directa ou indirectamente para quem os entregou. “Os donativos, venham eles. Qualquer pessoa os pode dar e são sempre bem-vindos, a instituição carece de receitas”, diz Arminda Soares. Mas assegura: “Nunca por motivos de acesso.” E entretanto nada mudou nos mecanismos de escrutínio interno ou externo: “Não há nada de diferente, porque sempre trabalhamos com clareza.” A origem do caso, uma denúncia anónima, não foi de resto bem vista: “Foi uma ‘acusar’.”

A sul, no Montijo, uma ex-responsável da União Mutualista Nossa Senhora da Conceição foi detida pela Polícia Judiciária de Setúbal, assim como o ex-marido, a 13 de Dezembro. Elisabete e Diogo Gomes foram acusados de peculato, branqueamento e fraude qualificada, num total de meio milhão de euros desviados da instituição. Os esquemas eram variados e estavam identificados há algum tempo. O relatório de uma sindicância da Inspeção-Geral da Segurança Social, determinada em 2013 pelo ministro Pedro Mota Soares na sequência de uma exposição subscrita por um grupo de associados, foi conhecido em 2015 e elencava um rol de irregularidades entre 2011 e 2013: “Insuficiência do sistema de controlo interno existente”; “insuficiência de documentação de suporte”; “degradação dos resultados líquidos obtidos, sempre negativos, que atingiram -1,1 milhões de euros em 2013”.

Além do aumento do próprio salário sem passar pelo conselho de administração, o documento acusa a anterior gestão de reportar um número de doentes superior ao real para receber as respectivas comparticipações financeiras. Chega mesmo ao caricato de contar como a presidente vendeu “peças de ouro de uma utente” que fizera testamento em favor da União Mutualista, mas antes ainda de a idosa falecer. Na altura, a visada contestou as conclusões do relatório, dizendo ao jornal *Diário de Região* que nunca tinha sido ouvida: “Não houve lugar a contraditório, portanto digo que isso é falso.” A direcção subsequente colocou-lhe

um processo disciplinar, mas perdeu a acção em tribunal.

O actual presidente da instituição, Jaime Pinho Crato, afirmou à SÁBADO que a temática tem importância “para o sector social e para a sociedade civil”, mas prefere não fazer mais considerações para não arriscar violar o segredo de justiça, já que o caso está em fase de inquérito no DIAP do Montijo. A SÁBADO não conseguiu contactar Elisabete Gomes.

**O tesoureiro suspeito de desviar 1,7 milhões**

Mais a Norte, também no fim do ano passado, a 6 de Dezembro, o ex-tesoureiro do Centro Social de Bairro (Famalicao) foi acusado de desviar 1,7 milhões de euros, transferindo dinheiro de contas da instituição para contas suas e retirando dinheiro da caixa. O Ministério Público, que promoveu ainda o arresto de bens pessoais, afirma que como consequência do ocorrido o Centro deixou de fazer pagamentos à Segurança Social e ficou impossibilitado de apresentar candidaturas a fundos comunitários entre 2008 e 2011.

Contactado pela SÁBADO, o ex-tesoureiro José Augusto Fernandes da Silva diz que se tratou de “uma cabala, que tem na base uma guerra de poder levada a cabo pela anterior direcção” e não comenta os detalhes do processo. O escândalo teve por base uma denúncia anónima, como é frequente nos casos que chegam à Justiça. Mas há mais no Centro Social de Bairro. A actual presidente, Ana Maria Silva, cunhada de José Augusto e reeleita em Outubro último, também é arguida, embora por razões diferentes: auto-atribuiu-se, segundo o Ministério Público, um suplemento salarial de 620 euros mensais, classificado na contabilidade como “horas”. Os órgãos sociais reagiram num comunicado, em que escrevem que os visados, “gozam da presunção de inocência até ao trânsito em julgado”. Ana Maria considera que, uma vez que não foi ainda ouvida em sede de inquérito, e sendo arguida, “não é correcto ou benéfico” estar a pronunciar-se. ◻

46

inspectores integram o departamento de fiscalização do ISS

9

para a área financeira

14

na área jurídica

23

na área social e afins

2

inspectores (mínimo), em cada fiscalização

OS CASOS TÊM POR BASE DENÚNCIAS, NA MAIORIA ANÓNIMAS

**Destaque**

**Rui Pedro**

Foi a imagem da campanha da Associação Portuguesa de Crianças Desaparecidas. Dos bonecos vendidos a 5 euros, só 1 ia para a associação



A associação, inspirada pela mãe de Rui Pedro, pôs fim à exploração da empresa de brindes

Quem já foi abordado por pessoas a pedir dinheiro na rua para ajudar instituições de solidariedade poderá achar que são todos voluntários, certo? Errado. Há empresas de brindes que em tempos fizeram fortunas com o negócio da solidariedade. Uma antiga colaboradora de uma dessas empresas contou à **SÁBADO** que quando respondeu a um anúncio de emprego percebeu que ia trabalhar numa banca solidária a vender brindes, supostamente para ajudar causas sociais.

**Quanto mais desgraadinha, melhor**

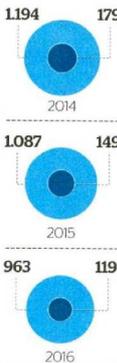
Exemplo: uma casa de borracha por 5 euros para ajudar a Associação Portuguesa de Crianças Desaparecidas, instituída na sequência do desaparecimento de Rui Pedro em Março de 1998. Quem compra presume que é tudo para ajudar mas, na verdade, quem vendia um boneco recebia uma comissão de 1 euro e, nesse caso, a associação recebia também apenas 1 euro por cada boneco vendido. O resto era para a empresa que promovia o negócio. "As empresas usavam a imagem do desgraçado. Quanto mais desgraadinha fosse a situação, melhor: mais ênfase dávamos para pedir dinheiro." Um dia quase andou aos empurrões com outra promotora no Centro Colombo, em Lisboa, para ver quem vendia mais – e estavam ambas a trabalhar na mesma banca.

A presidente da Associação Portuguesa de Crianças Desaparecidas conta à **SÁBADO** que a empresa de brindes nunca prestou contas dos bonecos vendidos e fazia transferências de verbas irrisórias, pelo que decidiu cancelar o acordo negociado pela anterior direcção e pôr cobro a essa exploração.

Muitas vezes não há qualquer controlo da parte da associação sobre as vendas e menos ainda sobre o dinheiro doado pelos transeuntes, que fica frequentemente para o falso voluntário que o aborda – e que também nunca passa recibos do dinheiro que ganha. "Eu recebia 1 euro por cada boneco que vendia e ainda as gorjas e os directos. As gorjas era o dinheiro das pessoas que não tinham 5 euros, mas que

**IPSS fiscalizadas anualmente**

● Total  
 ● Auditorias financeiras



Fonte: Instituto da Segurança Social

**"LEMBRO-ME QUE EM 15 DIAS GANHEI 1.600 EUROS", CONTA UMA VOLUNTÁRIA**

**1500 milhões de euros em 2015**

Dos acordos de cooperação à consignação de 0,5% do IRS: o financiamento público das IPSS

**Em 2015 houve recorde** de transferências públicas para entidades privadas sem fins lucrativos. Os acordos de cooperação com a Segurança Social, que contratualizam a parceria para acção social, valeram 1.351 milhões de euros. A isto somam-se 11,6 milhões de subsídios e os 121 milhões de euros ao abrigo de políticas públicas específicas (como o Programa Emergência Social, do anterior governo). Há, depois, os donativos via consignação de 0,5% do IRS a pagar, no valor de 14,4 milhões de euros. Ao todo **são cerca de 1.500 milhões** de euros. As IPSS também beneficiam ainda de isenções fiscais. A maioria não publica as contas *online*, apesar de terem a obrigação legal de o fazer desde 2014.

queriam contribuir: 'Posso dar menos? Pode dar o que quiser.' Os directos eram pessoas que davam 5 euros, mas não queriam levar os bonecos. Vi como faziam as outras promotoras e percebi: só se eu for uma parva é que vou dar o dinheiro à empresa. Andei a ganhar dinheiro assim algum tempo. Lembrou-me que em 15 dias ganhei 1.600 euros."

A mesma colaboradora rejeita que tenha vigarizado a IPSS. "Mesmo que não queiramos ser vigaristas, tornamo-nos espertos. Só me pediam o dinheiro dos bonecos vendidos. Toda a gente sabe que ficávamos com o resto do dinheiro", afirma. Ao fim de seis meses, deixou de vender brindes. "Começámos a ver muita coisa com que não concordamos. Claro que me senti extremamente mal. Mas também tinha contas para pagar." □